

O GENOCÍDIO DE RUANDA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CASO DO BURGOMESTRE JUVENAL KAJELIJELI

THE GENOCIDE OF RWANDA AND THE PUBLIC ADMINISTRATION:
THE CASE OF THE BURGOMASTER JUVENAL KAJELIJELI.

Danilo Ferreira da Fonseca

ABSTRACT: This article aims to reflect on the place that Rwandan politicians linked to small local administrations, mainly the communes, possessed in the face of the organization and execution of the genocide in Rwanda in 1994. To this end, we constructed an analysis based on a case study linked to the *bourgmestre* Juvenal Kajelijeli, who administered the commune of Mukingo (prefecture of Ruhengeri) in the previous period and during the genocide. The analysis is constructed mainly from the document produced by the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR) entitled *The prosecutor v. Juvenal Kajelijeli - Case No. ICTR-98-44-A-T* of December 2003.

KEY-WORDS: Rwanda; Genocide, Juvenal Kajelijeli.

RESUMO: O presente artigo visa refletir acerca do lugar que os políticos ruandeses vinculados às pequenas administrações locais, principalmente as comunas, possuíam frente à organização e execução do genocídio de Ruanda em 1994. Para tal, construímos uma análise a partir de um estudo de caso vinculado ao burgo-mestre Juvenal Kajelijeli, o qual administrava a comuna de Mukingo (prefeitura de Ruhengeri) no período anterior e durante o genocídio. A análise é construída principalmente a partir do documento produzido pela Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR, da sigla em inglês) intitulado *The prosecutor v. Juvenal Kajelijeli – Case No. ICTR-98-44-A-T* de dezembro de 2003.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Ruanda; Genocídio; Juvenal Kajelijeli.

O GENOCÍDIO DE RUANDA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CASO DO BURGOMESTRE JUVENAL KAJELIJELI

Danilo Ferreira da Fonseca¹

Em 1994, Ruanda passou por um dos mais brutais genocídios do século XX. Em pouco mais de cem dias, estima-se que algo em torno de 500 mil e 1 milhão de pessoas foram mortas, em um processo que radicais extremistas hutus perseguiram tutsis e hutus moderados. O assassinato de centenas de milhares de ruandeses chocou (e ainda choca) o mundo contemporâneo, não só dado a sua alta mortalidade, mas também pelos mecanismos utilizados para o assassinato, em que muitos foram cometidos a partir de facções e outros métodos rudimentares. Outro ponto de perplexidade está na inoperância dos órgãos internacionais em tentar evitar o conflito, em que a Organização das Nações Unidas pouco fez para ajudar a população ruandesa.

É comum que tal processo seja entendido como uma mera expressão anárquica do vácuo de poder deixado pela morte do presidente Juvenal Habyarimana – tendo em vista que o avião presidencial fora abatido um dia antes do início do genocídio – ou ainda como um reflexo das dificuldades políticas que supostamente o continente africano enfrentaria dentro de sua própria história.

No entanto, uma investigação mais aprofundada pode nos apontar para outro caminho, em que o genocídio de Ruanda só foi possível dado o nível de organização e comunicação atingidos no decorrer do processo, de modo que a “eficiência” dos perpetradores do genocídio pode ser entendida como um produto da organização e mobilização política no período da Guerra Civil Ruandesa e do próprio genocídio em si. Tal concepção só é possível se considerarmos também a própria construção política dos ruandeses em que pese questões plurais de sua própria experiência histórica em diferentes temporalidades.

Desta forma, para refletirmos acerca do caráter político do genocídio em sua organização e execução, nos propomos a analisar na presente pesquisa a participação de políticos atrelados a política local no decorrer do processo, mais especificamente de políticos ligados às comunas ruandesas² e a sua administração. Na presente pesquisa buscamos entender melhor a participação

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro- Oeste (UNICENTRO) – Irati/PR. Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). daniloffonseca@gmail.com

² A administração pública ruandesa se dava a partir de uma divisão de onze diferentes prefeituras, as quais eram divididas em diferentes comunas, que, por sua vez, eram administrativamente divididas em diferentes setores, que, por sua vez, eram divididos em diferentes células. (ICTR, 2002, p. 2)

do burgomestre de Mukingo, Juvenal Kajelijeli, que administrou a comuna entre 1988 e 1993, a qual fica localizada na prefeitura de Ruhengeri (ICTR, 2003, p. 1).

A construção da pesquisa tem como fonte principal os documentos atrelados ao processo sofrido pelo ex-burgomestre Juvenal Kajelijeli frente ao Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR, da sigla em inglês), mais especificamente os vinculados ao “*Case n° ICTR-98-44 A-T*” de dezembro de 2003 e também ao “*Case n° ICTR 98-44 A-A*” de maio de 2005. Tais documentos são disponibilizados de maneira on-line no sítio da própria ONU³ e na sessão específica vinculado aos processos realizados pelo ICTR.⁴

Para a realização da análise proposta precisamos em um primeiro momento delimitar melhor as concepções teóricas e historiográficas em que a presente pesquisa se apoia e está inserida, de modo a trazer um melhor embasamento para os resultados encontrados.

A pesquisa com a história ruandesa necessita de posturas teóricas críticas, que possibilitem uma construção de uma concepção de história que possa romper com visões hegemônicas e etnocêntricas. Para isso nos parece pertinente a visão de história construída pelo pensador alemão Walter Benjamin, principalmente no que tange as reflexões lançadas em suas teses “*Sobre o conceito de história*” (1993) escrita originalmente em 1942.

A visão de história de Benjamin, posta em suas teses, foi elaborada a partir do obscuro contexto da Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, no qual o próprio Benjamin era perseguido pelas forças alemãs por ser judeu, homossexual e por suas concepções políticas e teóricas. Para Benjamin, mesmo neste contexto que para alguns poderiam parecer a exceção, a tragédia frente ao fascismo e o Holocausto é a regra geral de nossa sociedade contemporânea (BENJAMIN, 1993, p. 226). Ou seja, Benjamin tem a clareza de que a nossa história não segue um processo de progresso, mas seria um mero “amontoado de ruínas” (BENJAMIN, 1993, p. 226), em que o que pode parecer exceção, na verdade é a regra. Essa concepção de história é fundamental para a compreensão do genocídio de Ruanda, em que é comum alguns pesquisadores colocarem a história ruandesa como um assombro da exceção. Desta forma nos cabe sempre, conforme nos aponta Walter Benjamin, ter a postura de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1993, p. 223).

Na mesma medida, tal processo investigativo só é possível combatendo concepções etnocêntricas acerca do genocídio de Ruanda, assim como do próprio continente africano. Neste sentido nos parece fundamental apontar para concepções eurocêntricas que envolvem o caráter do Estado em África, tendo em vista que é bastante comum a concepção de que os Estados afri-

³ <http://www.un.org/>

⁴ <http://unictr.irmct.org/>

canos seriam de alguma forma Estados de segunda categoria. Dentro dessa concepção, criam-se conceitos vagos que diminuem a experiência histórica africana, como é o caso de Semi-estados, Estados Artificiais, entre outros, como é o caso de “quase Estados”, termo utilizado na dissertação de Alexandre Silva “*A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*” (2003).

Para compreendermos de um modo não etnocêntrico a figura do Estado africano, não podemos traçar como modelo paradigmático a experiência histórica da consolidação dos Estados europeus, já que estes se passaram por processos particulares, assim como foi particular a experiência dos países africanos. Desta forma, podemos, a partir de Beluce Bellucci, refletir as especificidades que envolvem a consolidação dos estados africanos dentro de sua própria experiência histórica. É importante destacar que os Estados africanos foram construídos a partir de experiências históricas locais e já existentes antes mesmo do domínio colonialista europeu, assim, tais Estados são marcados por características próprias, principalmente no que tange a concepção de autoridade, burocracia, entre outros pontos, conforme veremos mais adiante ao analisar mais especificamente o genocídio de Ruanda.

No entanto, antes de entrarmos mais diretamente na temática e questões relacionadas ao presente artigo, precisamos dimensionar melhor o processo histórico ruandês, principalmente o contexto mais atrelado às crises da década de 1980, a decadência da Segunda República Ruandesa, e ao desenvolvimento da Guerra Civil Ruandesa no início da década de 1990.

Os caminhos da política na história de Ruanda

O território que hoje configura Ruanda foi dominado a partir do século XVI ou XVII pela sociedade Banyarwanda, os quais possuíram contatos mais diretos com seus vizinhos, realizando trocas culturais e econômicos, mas que permaneceram isolados de contatos com as sociedades ocidentais, ficando distante das trocas transcontinentais realizadas por rotas pelos oceanos Índico e Atlântico, além da rota transaarina realizada por caravanas pelo deserto do Saara.

Conforme apontamos anteriormente, para compreendermos melhor a política ruandesa, precisamos também entender a formação e o desenvolvimento de sua sociedade pré-colonial, refletindo como as práticas sociais, costumes e as visões de mundo dos Banyarwandas corroboraram com a constituição do que é Ruanda hoje. Essa reflexão é fundamental, tendo em vista que a colonização europeia não seria capaz de reescrever a história dos povos africanos, impondo uma nova sociedade a partir do zero. Nesse sentido, nos colocamos de maneira oposta a visão de Gourevitch, de que “o que quer que a identidade hutu e tutsi tenha significado na situação

pré-colonial não importava, os belgas haviam feito da ‘etnicidade’ o traço definidor da existência ruandesa” (GOUREVITCH, 2006, p. 56), pois para a presente pesquisa, o fazer histórico dos ruandeses é mais importante do que as influências estrangeiras.

Os Banyarwandas, assim como muitas sociedades domésticas africanas, foi uma sociedade que possuía a sua formação social baseada em uma divisão de castas (BELLUCCI, 2010, p. 14). Essa formação de castas tinha o ofício de seus membros como principal fator de classificação entre os diferentes membros da sociedade Banyarwanda, em que a população de agricultores eram chamados de Hutus, e a população de pecuaristas, Tutsis (MAMDANI, 2002, p. 61). Tais castas não possuíam uma determinação fechada e baseada em critérios exclusivos de nascença, como é possível observar em outras regiões pelo globo, de modo que os membros de uma determinada casta poderiam mudar de grupo caso ocorresse alguma ascensão/decadência financeira e ou social.

A divisão de castas com base no ofício dos Banyarwandas também influenciava outros setores da sociedade, como é o caso da política, em que a população minoritária dos Tutsis conseguia um maior domínio político, enquanto que a população majoritária dos Hutus possuía funções mais voltadas ao mundo do trabalho, sem voz e vez na política local. Tais divisões eram legitimadas pelos próprios costumes locais, em que as diferentes obrigações que cada casta possuía trazia um equilíbrio e coesão para a sociedade Banyarwanda.

Dentre tais costumes, precisamos destacar o *Ubuhake* que corresponde à uma rede de compromissos políticos entre os Banyarwandas, o que era estruturado a partir de uma ampla hierarquia interna, de modo que cada sujeito possuía obrigações específicas com o seu superior imediato ou também com aqueles que lhe estavam subordinados (MAMDANI, 2002, p. 65). Essa rede de compromissos, que abarcava praticamente todo o país, tinha o *Mwami* como figura central e soberana, que se constituía como o monarca da região.

A chegada de missionários europeus no território dos Banyarwandas no final do século XIX trouxe importantes mudanças para a vida de tal sociedade. No entanto tais mudanças não foram bem recebidas pela população local, que se demonstrou resistente às propostas dos estrangeiros, e, na medida do possível, buscaram manter as suas práticas e costumes, sendo que o *Mwami* Yuri IV era uma das figuras mais resistentes frente aos europeus.

A resistência de Yuri IV, principalmente diante da colonização Belga, fez com que este fosse assassinado, de modo que seu filho Mutara III assumisse o papel de *Mwami* em seu lugar. Ao contrário de seu pai, o *Mwami* Mutara III era um entusiasta das mudanças propostas pelos colonizadores belgas, trazendo para a sociedade Banyarwanda reformas que eram desejadas pelos colonizadores e também por parte da elite local, possibilitando uma série de mudanças no

decorrer da década de 1930 (FONSECA, 2015, p.119). No decorrer da década de 1930, Mutara III se converteu ao catolicismo, e promulgou a conversão de todo o reino, tornando seu território como um local oficialmente cristão, além de corroborar com uma nova forma de organização do trabalho em Ruanda, que estava também atrelada à uma nova divisão entre Tutsis e Hutus, em que estes deixaram de ser divididos de acordo com seus ofícios para serem divididos a partir de seu nascimento, tendo em vista que tais grupos passaram a cada vez mais a serem entendidos como diferentes grupos raciais, ou seja, que estavam presos e determinados ao seu próprio nascimento.

A consolidação de tal visão se dá a partir da introdução de documentos de carteiras de identificação raciais, em que se apontava a qual grupo racial um determinado Banyarwanda pertencia (ou seja, tutsis ou hutus), sendo que tais carteiras permaneceram até mesmo com a independência do país em 1962 e só foram abolidas após o genocídio em 1994.

Estas mudanças profundas da sociedade Banyarwanda não foram bem quista por parte significativa da população, já que a partir do momento em que alguns costumes são deixados de lado, a legitimidade do domínio dos tutsis acaba sendo esvaziada, de modo que a dominação sofrida pelos hutus comece a parecer cada vez mais abusiva, o que era sentido principalmente no aumento da jornada de trabalho, castigos físicos e também na falta de terras para os hutus produzirem os seus próprios produtos agrícolas (NERBURY, 1997).

Os abusos cometidos pela elite local e a sua falta de legitimidade, trouxeram condições para a maior revolta popular de Ruanda, em um episódio que ficou denominado como a Revolução Hutu de 1959. Tal processo revolucionário se configurou como uma grande convulsão social de hutus (e também tutsis que não faziam parte da elite) que levou a expulsão do *Mwami* e o fim dos privilégios dos Tutsis componentes da elite local, o que encaminhou a independência de Ruanda em 1962, com uma República que possuiu políticas voltadas principalmente aos hutus, e colocando os tutsis como estrangeiros dentro do país (DES FORGES, 1999, p. 33), em um processo que muda radicalmente a percepção das identidades locais que envolvem Tutsis e Hutus (BERKELEY, 2010, p. 65).

A experiência republicana de Ruanda tem início com a independência frente a Bélgica e um amplo domínio de um discurso político voltado para a população hutu do país, o que é operacionalizado pelo Movimento Democrático Republicano – Parmehutu (MDR Parmehutu) e por um de seus líderes, Grégoire Kayibanda, que se torna o primeiro presidente de Ruanda (STRAUS, 2006, p. 183). O tamanho e o grande poder que o MDR Parmehutu ganhou mudou a estrutura burocrática ruandesa que ficou quase que toda dominada por membros do partido, o que era também sustentado por políticas públicas de cotas raciais, em que se pregava uma pro-

porcionalidade de cargos entre a população hutu e tutsis em uma correlação direta com o percentual que cada grupo representa, deste modo, algo em torno de 90% dos cargos públicos ficariam destinado à hutus que poderiam ser indicado pelo MDR Parmehutu. A margem de manobra política para a oposição e também outros partidos ficou tão justa que Ruanda começou a operar quase como um regime de partido único.

Mesmo com todo esse domínio político, muitos setores da sociedade ruandesa ficaram insatisfeitos com os caminhos traçados pelo país, principalmente no meio campesino em que Kayibanda não conseguia ter legitimidade e autoridade. Tal situação, justificou um golpe de Estado em 1973 instaurado pelo chefe das forças armadas, o General Juvenal Habyarimana, que acabou instaurando a Segunda República Ruandesa, dissolvendo a Primeira República, e se colocou como presidente do país (STRAUS, 2006, p. 192).

O então presidente Habyarimana instituiu, a partir de 1975, uma política baseada em partido único, em que todo poder estava no Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND), sendo que o Estado, o governo e a população civil passam a ser entendidos como uma plena unidade, em que todos os ruandeses começam a ser membros obrigatórios do MRND desde o nascimento.

A grande repressão que o governo de Habyarimana fazia à movimentos oposicionistas regionais, nacionais e até em países vizinhos, deu força para a consolidação de movimento oposicionistas que ameaçavam a centralidade do MRND, o que foi corroborando e também corroborou com a falta de articulação de o presidente possuía com alguns setores da sociedade. Dentre tais oposições, a que teve maior destaque foi a Frente Patriótica Ruandesa (RPF, da sigla em francês), que se constituiu como uma oposição armada formada por exilados políticos (em sua maioria tutsis, mas também formada por uma quantidade significativa de hutus), que invade o território ruandês a partir da fronteira norte com Uganda, o que serviu de pretexto para grupos militares ligados ao MRND pudessem perseguir outros oposicionistas com a argumentação de que estes seriam colaboradores da RPF (STRAUS, 2006, p. 25).

No entanto, tal repressão em um contexto de ampla fragilidade social e econômica como o qual enfrentava Ruanda no início dos anos 1990, levou ao MRND a negociar um reforma política com o fim do unipartidarismo, e a partir de 1991, Ruanda passou a ser um país multipartidário, mas que não deixou de ter um amplo domínio por parte do hegemônico MRND.⁵

Na mesma medida, a Frente Patriótica Ruandesa permaneceu na clandestinidade, sendo considerada um movimento ilegal pelas autoridades do país, e as tensões entre a RPF e o gover-

⁵ A partir de tal abertura foram criados o Partido Liberal (PL), o Partido da Social Democracia (PSD) e o Partido da Democracia Cristã (PDC) e o Movimento Democrático Republicano (MDR).

no de Habyarimana proporciona uma desgastante guerra civil, o que instaura um clima de ampla insegurança e desconfiança em uma parte significativa da população ruandesa (STRAUS, 2006, p. 29). Neste contexto de conflito, o governo ruandês investe em uma propaganda massiva contra os opositoristas, além de também criar grupos paramilitares de milícias armadas a partir da ala de juventudes de alguns partidos, como é o caso da *Interahamwe*⁶ (grupo o qual Juvenal Kajelijeli esteve bastante próximo, conforme veremos mais adiante) ligada ao MRND, e a *Impuzamugamb*⁷ ligada à Coalizão pela Defesa da República (CDR).⁸

Boa parte da propaganda governamental contra a oposição possuía um conteúdo com uma postura anti-tutsi, os quais eram classificados como figuras traiçoeiras e que deveriam ser constantemente vigiados (FONSECA, 2014, p. 59), o que foi propagado principalmente por meios de comunicação próximos ao governo, como é o caso da Revista Kangura de Hassan Ngeze – membro fundador do CDR – e também a *Radio Television Libre des Mille Collines* (RTL) coordenada por Léon Mugesera, um dos líderes da *Interahamwe* e membro do MRND.

Em 6 de abril de 1994, o avião presidencial do General Juvenal Habyarimana foi abatido, de modo que, a partir de sua morte, tem início o genocídio de Ruanda, em que o exército ruandês e as milícias armadas como o *interahamwe* começam a realizar bloqueios em estradas e nas principais cidades do país, além de fazer incursões em residências, com o intuito de localizar e assassinar tutsis e hutus postos como traidores (principalmente opositoristas ao MRND). O conflito dura pouco mais de cem dias, vitimando algo em torno de 500 mil e um milhão de ruandeses, e só tem seu fim oficial com a ocupação da capital Kigali pelas forças da Frente Patriótica Ruandesa em 18 de julho de 1994.

Kajelijeli: administração pública e o paramilitarismo

Juvenal Kajelijeli nasceu na comuna ruandesa de Mukingo, localizada na prefeitura de Ruhengeri, no ano de 1951. Seu apreço local e liderança fizeram com que entre 1988 e 1993 fosse o burgomestre da Comuna onde nasceu, sendo apontado novamente para a mesma função entre junho e julho de 1994, ou seja, ao final do genocídio (ICTR, 2002, p.1). Durante todo seu exercício político esteve ligado ao MNRD, não só durante o período unipartidário de Ruanda, mas também com a abertura política e a inserção do pluripartidarismo na década de 1990.

⁶ Do kinyarwanda: “aqueles que trabalham juntos” ou “aqueles que atacam juntos”. Grupo paramilitar da MRND, do início da década de 1990, que corroborou com o governo de Habyarimana e com o genocídio.

⁷ Do kinyarwanda: “aqueles que têm o mesmo objetivo”. Grupo paramilitar da CDR, do início da década de 1990, que corroborou com o governo de Habyarimana e com o genocídio.

⁸ A Coalizão pela Defesa da República (CDR) foi um partido político formado em 1992 a partir de hutus extremistas.

Após o término do genocídio, com a vitória da RPF, Kajelijeli foge de Ruanda, sendo detido quatro anos depois em Benin em uma operação de autoridades locais que o transferem para Arusha, onde deveria ser julgado pelo ICTR pelos crimes cometidos durante o genocídio de Ruanda (ICTR, 2003, p. 2). Com o julgamento, Kajelijeli foi indiciado por diversos crimes como:

Conspiração para cometer genocídio [...], genocídio [...], cumplicidade com genocídio [...], direção e incitamento público para cometer genocídio [...], crimes contra a humanidade: assassinato [...], crimes contra a humanidade: extermínio [...], crimes contra a humanidade: estupro, [...], crimes contra a humanidade: perseguição [...], crimes contra a humanidade: outros atos inumanos (ICTR, 2003, p. 4).

Tais crimes cometidos pelo burgomestre de Mukingo ocorreram no ano de 1994, principalmente no decorrer do genocídio nos meses de abril a julho, e se caracterizaram como ataques sistemáticos direcionados à população civil, principalmente a população identificada como tutsis. No entanto, tais ataques não se davam apenas no nível étnico e/ou racial, mas sim também no nível político (ICTR, 2003, p. 3), em que a oposição ao governo do MNRD foi também perseguida.

A influência e o papel de Kajelijeli no genocídio se deu principalmente no seu papel de Burgomestre, em que exercia a autoridade em seus subordinados mais diretos, como é o caso de serventes civis, policiais comunais e a *Gendarmerie Nationale*,⁹ mas também exercia uma importante autoridade diante da população civil da comuna como um todo, além de também estar diretamente vinculado à grupos paramilitares que participaram do genocídio, como é o caso da *Interahamwe*, ligada também ao partido governista da MNRD (ICTR, 2003, p. 3).

Desta forma, construiremos a análise acerca do papel do burgomestre em três níveis distintos, mas que estão intimamente associados: (1) a autoridade do Burgomestre diante das ações genocidas; (2) o paramilitarismo e o papel público de Kajelijeli; (3) o caráter político associado ao étnico no genocídio.

Juvenal Kajelijeli ocupou o cargo de Burgomestre de Mukingo a partir de uma indicação política da prefeitura que a comuna estava localizada, de modo que as suas ações estavam diretamente correlacionadas às expectativas do MRND local e nacional. Sua autoridade local era bastante reconhecida e se fazia ser uma voz atendida e respeitada diante dos moradores da comuna.

⁹ A Polícia Militar das áreas rurais de Ruanda, a qual, composta pelos *gendarmes*, constituía-se como a maior força militar do país

Até mesmo no período que ficou afastado da função de burgomestre, Kajelijeli permaneceu como uma importante autoridade local, em que mesmo não sendo a autoridade *de jure*, se constituía como a autoridade *de facto* (ICTR, 2003, p. 3), ou seja, ele permaneceu com autoridade diante da população civil de Mukingo no período correspondente ao genocídio. Kajelijeli “exercia a autoridade *de facto* de burgomestre em Mukingo como resultado de sua associação e patrocínio com Joseph Nzirorera” [tradução própria]¹⁰ (ICTR, 2003, p. 60) e a “relação com a influente figura de Joseph Nzirorera habilitava ele a desprezar as autoridades locais, realizar atrocidades contra a população tutsi e evitar quaisquer sanções penais” [tradução própria]¹¹ (ICTR, 2003, p. 60). A relação que Kajelijeli possuía com Joseph Nzirorera¹² é importante para entender a autoridade que exercia em Mukingo, já que Kajelijeli era entendido como um porta voz de Joseph Nzirorera, o que expresso por múltiplas testemunhas do julgamento do burgomestre, principalmente as testemunhas GBV, GBH, GBG e GAP (ICTR, 2003, p. 61).

Até mesmo no período em que o genocídio ocorreu, segundo a testemunha GBG, Kajelijeli “assumiu os deveres de um burgomestre” [tradução própria]¹³ (ICTR, 2003, p. 62), tornando-o uma importante figura na execução do genocídio em sua região e outras localidades, como é caso de “comunas da prefeitura de Ruhengeri, com fronteiras com Mukingo (Nkuli, Nyakimana, Kigombe, Kinigi), e também todas as outras comunas da prefeitura de Ruhengeri (Nyamutera, Gatonde, Ndusu, Nyarutovu, Ruhondo, Nyamugali, Cyeru, Nkumba, Kidaho, Butaro e Ruhengeri Town)” [tradução própria]¹⁴ (ICTR, 2003, p.51).

Esta autoridade que Juvenal Kajelijeli possuía diante da população possibilitou (e é manifestada) no fato que o político “comandasse, organizasse e supervisionasse a participasse de ataques de tutsis na Comuna de Mukingo e áreas vizinhas” [tradução própria]¹⁵ (ICTR, 2003, p.3, em que inclusive “ele ordenou o sequestro e estupro de mulheres tutsis” [tradução própria]¹⁶ (ICTR, 2003, p. 4).

A diferença da autoridade *de facto* e *de jure* em Ruanda é algo que devemos ter mais atenção, pois é bastante significativa para compreendermos o caso de Kajelijeli, já que as ações

¹⁰ No original: exercised the *de facto* authority of bourgmestre in Mukingo as a result of his association with, and patronage of Joseph Nzirorera.

¹¹ No original: relationship with an influential figure as Joseph Nzirorera enabled him to flout the local authorities, carry out atrocities against the Tutsi population and avoid any criminal sanctions

¹² Secretário Nacional do MRND. Foi também presidente da Assembleia Nacional de Ruanda durante o genocídio de 1994.

¹³ No original: took up the duties of the bourgmestre

¹⁴ No original: communes of Ruhengeri prefecture, with border Mukingo (Nkuli, Nyakimana, Kigombe, Kinigi), and also all the other communes of Ruhengeri prefecture (Nyamutera, Gatonde, Ndusu, Nyarutovu, Ruhondo, Nyamugali, Cyeru, Nkumba, Kidaho, Butaro and Ruhengeri Town

¹⁵ No original: the Accused commanded, organised, supervised and directly participated in attacks against Tutsi within the Mukingo *commune* and neighbouring areas

¹⁶ No original: he ordered and witnessed the raping and other sexual assaults on Tutsi females.

de tal político ultrapassaram em muitos momentos o que era meramente destinado a sua função, passando a ter também um papel social diante daquilo que ele próprio representava diante da população. Em depoimento para o ICTR, a pesquisadora Alison DesForges confirma a firme autoridade que os burgomestres possuíam diante da população local, correlacionando tal poder com as próprias funções que os chefes locais ruandeses possuíam na sociedade Banyarwanda (ICTR, 1998, p.45), em uma correlação com a prática da *Ubugukwe*.

Também é importante dimensionar as relações que o Burgomestre de Mukingo possuía com a Interahamwe uma das mais importantes milícias paramilitares de Ruanda no início da década de 1990, vinculado ao MRND de Kajelijeli. A Interahamwe nasce como uma ala da juventude do MRND, que possuía como principal objetivo: “(a) sensibilizar a juventude para a política e; (b) mobilizar os jovens” [tradução própria]¹⁷ (ICTR, 2003, p.69).

É importante traçar tal relação na medida que este grupo se torna uma força armada paralela ao Estado, organizada não por militares, mas sim por membros da sociedade civil ruandesa. Tal milícia chegou a ser composta por volta de 100 mil membros e foi a responsável por boa parte dos assassinatos de tutsis e hutus moderados cometidos durante o genocídio de 1994.

A relação de Juvenal Kajelijeli com a milícia paramilitar da Interahamwe era profunda, sendo ele um dos fundadores e líderes locais do movimento (ICTR, 2003, p. 69), desta forma, constantemente o burgomestre de Mukingo buscava corroborar com a Interahamwe, sendo que “de 1991 a julho de 1994 foi: (a) dado treinamento militar (...), (b) distribuído armas e uniformes (...), (c) distribuído listas de tutsis a serem eliminados” [tradução própria]¹⁸ (ICTR, 2003, p. 69).

A liderança de Kajelijeli é manifesta na fala da testemunha GBV, que “testemunhou que o acusado introduziu a Interahamwe durante uma reunião comunal. Cada setor tinha o seu próprio grupo da Interahamwe, mas tinha um grupo de líderes da Interahamwe por perto a disposição do Burgomestre sempre que precisasse” [tradução própria]¹⁹ (ICTR, 2003, p.73). Esse posicionamento também é confirmado pelas testemunhas GDO, ACM, GBH. Tal relação próxima, se dava, segundo GBG pois o burgomestre e a milícia, pelo “fato de eles estarem engajados nas mesmas atividades”, “eles vestiam este uniforme, iam em um veículo, um modelo Hilux verme-

¹⁷ No original: (a) Sensitizing the youth to politics and; (b) mobilizing the youths

¹⁸ No original: from 1991 to July 1994 were: (a) given military training organized (...), (b) distributed weapons and uniforms (...), (c) distributed lists of tutsis to be eliminated

¹⁹ No original: testified that the accused introduced the interahamwe during one of communal meetings. Each sector had its own group of interahamwe but there was a group of interahamwe leaders who were at the disposal of the burgomestre whenever the need arose

lho, por toda a comuna”, e Kajelijeli estava “sempre estava com a Interahamwe” [tradução própria]²⁰ (ICTR, 2003, p 74-75).

Além desse apoio logístico e material, Kajelijeli também foi responsável pela distribuição de listas de tutsis (ICTR, 2003, p. 3), em que apontava onde os tutsis moravam, trabalhavam e possíveis familiares, deixando a ação genocida mais coordenada e organizada. Tais listas não tinham só a função de localizar o máximo possível de tutsis a serem assassinados, mas também de estabelecer algumas prioridades entre os indivíduos que eram considerados como possíveis vítimas. As prioridades estabelecidas eram muitas vezes vinculadas à líderes políticos locais opositoristas, sendo tutsis ou hutus, tendo em vista que os hutus opositoristas muitas vezes eram assassinados por serem acusados de traição ao movimento hutu.

Além de um apoio material que envolve principalmente a distribuição de uniformes da Interahamwe, conforme apontam as testemunhas GBG e GAO (ICTR, 2003, p 77 – 78), e também armas de acordo com o relato da testemunha ACM (ICTR, 2003, p. 78), Kajelijeli é apontado por GAP como o “responsável pela política ideológica” [tradução própria]²¹ (ICTR, 2003, p. 76), principalmente no decorrer dos treinamentos militares, o qual também acompanhava.

A política ideológica propagada por Kajelijeli está atrelada à uma crítica à oposição da FPR, e a sua associação com os tutsis e hutus moderados. A perseguição a hutus moderados e opositoristas no decorrer do genocídio evidencia que tal processo histórico vai além de uma perseguição étnica, mas também se configura como uma perseguição política. Essa postura fica ainda mais clara quando encontramos a construção de correlações feitas pelas lideranças genocidas entre a população tutsi e a oposição ao governo do MRND feita pelo RPF (FONSECA, 2013). A suposta correlação direta entre qualquer tutsi e a oposição da RPF foi amplamente divulgada no decorrer da década de 1990, principalmente após o ataque realizado pelo braço armado da RPF em outubro daquele ano. Tal divulgação era realizada via meios de comunicação, como é o caso da Revista Kangura e da *Radio Television Libre des Mille Collines*, em que seu conteúdo fomentavam o ódio diante da população tutsis e a completa suspeição de que qualquer tutsi poderia ser um opositorista disfarçado.

Os burgomestres vinculados aos setores hutus mais radicais da política ruandesa também corroboravam com esta situação e com Kajelijeli não foi diferente. O burgomestre de Mukingo

²⁰ No original: the fact that they engaged in the same activities”, “they wore this uniform, went on a vehicle, a hilux model, red-coloured belonging to the commune”, “Always with the interahamwe”

²¹ No original: responsible of political ideology

divulgava constantemente que “queria destruir os tutsis por serem inimigos do MRND e eliminar qualquer base de suporte do RPF” [tradução própria]²² (ICTR, 2003, p. 4).

Isso também é visível no depoimento da testemunha GDD, que aponta o esforço de Juvenal Kajelijeli de relacionar a população tutsi com a Frente Patriótica Ruandesa, além de colocar a RPF como uma ameaça constante ao país e o seu próprio empenho em organizar a população com tal propósito. Conforme podemos observar no trecho do depoimento, a testemunha GDD:

Testemunhou que em reuniões organizadas pelo acusado e um Shadrak Sendugu entre 1992 e 1993, o acusado [Kajelijeli] e outras autoridades alegaram que o RPF foi constituída por tutsis. A partir dessas reuniões, a testemunha entendeu que o recrutamento de jovens para o Amahindure era necessário para proteger o país contra o RPF. A testemunha testemunhou que seu líder, o acusado, realizou o recrutamento. A testemunha testemunhou que, em reuniões para o fim de 1993 no comuna de Nkuli e em Isimbi, tanto Nzirorera como o acusado falaram com o propósito de sensibilizar e incitar a população a lutar contra o inimigo tutsi. [tradução própria]²³ (ICTR, 2003, p. 61).

Para Kajelijeli, a luta contra a população tutsi era algo necessário e urgente, na medida que o próprio ajudava na organização de treinamento e na difusão ideológica da eliminação dos tutsis. Segundo a testemunha GAO, o acusado disse-lhes para completar seu treinamento rapidamente para que ele pudesse enviá-los para os vulcões para lutar contra o “*Inkotanyi*, e *Inyenzi*.” [tradução própria]²⁴ (ICTR, 2003, p. 75).

A utilização dos termos *Inkotanyi* e *Inyenzi* também é bastante significativa na medida em que foram utilizados no decorrer do genocídio. O termo *Inkotanyi*, que em Kinyarwanda significa intocáveis, remete à aristocracia Tutsi da sociedade Banyarwanda e também às elites locais do período colonial, desta forma o tutsi ficava politicamente associado, assim como a RPF, com um período de pouco liberdade e acesso à terra na história ruandesa, tornando esses um perigo de retrocesso histórico. Já o termo *Inyenzi*, que em Kinyarwanda significa barata, aponta para um processo de desumanização do tutsi, ou ainda uma animalização de tal população.

Este processo de desumanizados ou animalização facilitaria a preparação política de Kajelijeli e seus superiores, na medida em que segundo a testemunha GAP, o ex-burgomestre de

²² No original: to destroy the Tutsi as a racial or ethnic group identified as the enemy by the MRND in furtherance of a government policy to eliminate any base of support for the RPF

²³ No original: testified that in meetings organised by the Accused and one Shadrak Sendugu between 1992 and 1993, the Accused and other authorities alleged that the RPF was made up of the Tutsis. From these meetings, the Witness understood that recruitment of young people into the *Amahindure* was necessary to protect the country against the RPF. The Witness testified that their leader, the Accused, carried out the recruitment. The Witness testified that, at meetings toward the end of 1993 at Nkuli *commune* and at Isimbi, both Nzirorera and the Accused spoke with the purposed of sensitising and inciting the population to fight against the Tutsi enemy.

²⁴ The Accused told them to complete their training quickly so that he could send them to the volcanoes to fight against the “*Inkotanyi*, the *Inyenzi*.”

Mukingo “participou de uma reunião na casa de Joseph Nzirorera no momento em que Nzirorera ‘estava preparando a eliminação dos tutsis’” [tradução própria].²⁵ (ICTR, 2003, p. 80)

Considerações finais

No presente artigo pudemos perceber que na realidade cotidiana da poética das comunas ruandesas e de seus pequenos setores, os burgomestres se apresentavam como a principal autoridade e liderança local. É possível que tal papel destes políticos seja uma herança histórica da própria cultura ruandesa, principalmente no que tange a sociedade Banyarwanda, conforme aponta DesForges.

No decorrer do genocídio, a autoridade de Juvenal Kajelijeli, assim como de outros burgomestres, se constituiu como um poder bastante significativa, tornando possível que este participasse ativamente da organização da preparação e execução do genocídio no início da década de 1990 em mais especificamente em 1994.

É possível que a ausência de um poder centralizado após a morte do presidente Juvenal Habyarimana, assim como o clima de insegurança diante da Guerra Civil travada entre as autoridades governamentais e a Frente Patriótica Ruandesa, tenham aumentado a autoridade dos políticos locais, ainda mais com a incerteza e a ampla propaganda contra a RPF e a população tutsis, a qual o Burgomestre Juvenal Kajelijeli também participou ativamente em seu microcosmo da comuna.

Tal contexto, por mais complexo e plural que seja, permitiu que a autoridade local pudesse direcionar ordens que envolvessem o assassinato milhares de compatriotas, o estupro de mulheres, e o genocídio de uma importante parcela da população ruandesa, e além de possibilitar tais ordenamentos, também é notável que tais ordens fossem obedecidas por uma parcela da população.

Referências bibliográficas

BELLUCCI, Beluce. O Estado na África. **Revista Tempo do mundo**, v. 2, n. 3, p. 9-43, 2010.

²⁵ No original: the Accused participated in a meeting at Joseph Nzirorera’s house at a time when Nzirorera “was preparing the elimination of Tutsis

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: ROUANET, Sérgio Paulo (Org.). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERKELEY, Bill. **The graves are not yet full: Race, tribe and power in the heart of Africa**. New York: Basic book, 2001.

DES FORGES, Alison. **“Leave none to tell the story”: genocide in Rwanda**. New York: Human Rights Watch, 1999.

FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**. v. 22, p. 56-77, 2013.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **África entre classes e etnias: África do Sul (1948-1994) e Ruanda (1959-1994)**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

LIPPI, Camila Soares. O Estupro enquanto genocídio no tribunal penal Internacional Para Ruanda: um estudo do caso Akayesu, **Espaço Jurídico Jounaul of Law**. Chapecó, v. 15, n. 2p. 287-314, jul./dez. 2014.

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

NEWBURY, Catharine. Ethnicity and the politics of history in Rwanda. **África Today**, v. 2, n. 44, p. 211 – 222, 1997.

SHAACK, Beth Van. Engendering genocide: The Akayesu Case before the International Criminal Tribunal for Rwanda. **Santa Clara University Legal Studies**. Research paper n. 8-55, julho 2008.

STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

VISENTINI, Luiz D. **História da África e dos Africanos**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2014.

Fontes

ICTR-98-44 A-T, THE PROSECUTOR v. Juvénal KAJELIJELI de 1 de dezembro de 2003.

ICTR 98-44 A-A Juvénal KAJELIJELI v. THE PROSECUTOR de 23 de maio de 2005.